

Pereira, Miriam Halpern (2020). *Sob o signo da Revolução de 1820: economia e sociedade*. Lisboa: Assembleia da República, 217 p., ISBN 978-972-556-724-1

Apesar de publicados em 1992 num volume editado pelas desaparecidas Edições João Sá da Costa, há muito tempo esgotado, os dois estudos que integram este livro, que inclui também uma introdução e uma conclusão geral, ambas agora reformuladas, mantêm intacta a sua relevância para a compreensão das relações dos corpos comercial e industrial com o Estado Liberal, no período de 1821-1822. Daí justificar-se a sua reedição, por iniciativa da Assembleia da República, não apenas pelo seu valor intrínseco mas também porque se insere adequadamente no conjunto de iniciativas organizadas para a comemoração do Bicentenário da Revolução Liberal de 1820.

Ambos os estudos baseiam-se quase inteiramente em três tipos de fontes, a documentação reunida por duas Comissões Parlamentares, a do Comércio e a das Artes e Manufaturas, em 1821-1822, os debates então ocorridos no Soberano Congresso e a legislação que a atividade daquelas Comissões originou. As primeiras constituem, essencialmente, dois conjuntos documentais, um relativo ao movimento peticionário que foi dirigido à Comissão do Comércio, o qual, somando as petições e memórias que lhe foram enviadas perfaz um total de cento e cinquenta e três; e um outro resultante de uma ampla consulta ao corpo comercial, que se encontra quase completo uma vez que existem no Arquivo Histórico Parlamentar cinquenta e três dos cinquenta e seis relatórios que então foram recebidos na referida Comissão.

O primeiro estudo, consagrado à análise das relações entre o vintismo e corpo comercial, esclarece desde logo que a burguesia que o integrava se caracterizava por uma forte diversidade e estratificação. Esta ia desde os capitalistas, os negociantes de grosso trato e os mercadores ligados ao comércio colonial – correspondendo ao estrato superior do Terceiro Estado, onde

também se integravam os industriais –, aos tendeiros ambulantes e feirantes. Na realidade, não constitui grande surpresa o facto de o corpo comercial existente na época apresentar esta acentuada diversidade e estratificação, constituindo a discussão mais pertinente a de saber «qual a dimensão relativa dos diferentes estratos e a sua ponderação no conjunto do Terceiro Estado», uma questão que a autora deixa em aberto apresentando, contudo, um resumo dos estudos realizados neste domínio por diversos autores.

No que respeita à análise da configuração espacial, a maior parte das comarcas encontram-se representadas em ambos os conjuntos documentais, como se pode observar nos dois esclarecedores mapas que ilustram esta questão. Quanto às temáticas abordadas pelo movimento peticionário, que segundo a autora «traduz a emergência da consciência de cidadania», para além dos lamentos sobre a crise do império luso-brasileiro e, em particular, das consequências do tratado de 1810, na consulta ao corpo comercial ressalta uma enorme insatisfação, resultante dos múltiplos direitos que pesavam sobre o trânsito das mercadorias, traduzindo uma generalizada crítica «revolucionária à antiga estrutura tributária que pesava sobre o comércio interno». Decorria desta situação a necessidade de um código comercial – como o clarividente, ainda que absolutista, Acúrsio das Neves já então apontara –, que resolvesse o problema da existência de portagens e alfândegas internas, sisas sobre transações e uma variedade de emolumentos, considerados símbolos do antigo despotismo.

O corpo comercial reivindicava, deste modo, a aplicação dos princípios teóricos do liberalismo económico, o que suscitara a concordância das Cortes. No entanto, não obstante terem assumido funções executivas, estas deparavam-se, como a autora sublinhou, com «dois grandes escolhos: a ampla rede de atores sociais beneficiários da antiga estrutura tributária e a herança diplomática no âmbito do comércio externo». Um exemplo claro residia nos obstáculos colocados pelas alfândegas às operações comerciais internacionais, pautados por uma enorme e dispendiosa burocracia.

O conjunto das propostas apresentadas pelo corpo comercial revela algumas questões interessantes. Entre estas, destaca-se a ativa participação do meio industrial na consulta efetuada – que acusava fortemente as consequências da abertura dos portos do Brasil e do «ominoso» tratado de 1810 –, demonstrando, como a autora salienta, «a fluidez da fronteira entre a burguesia comercial e a industrial», ainda que a primeira atribuísse «à indústria uma função complementar, porém decisiva para o futuro do país». A documentação resultante da consulta ilustra também a manutenção de relações económicas das localidades do interior com mercados estrangeiros e coloniais, não obstante as reclamações de uma boa rede de comunicações que então não existia. Assume, neste contexto, a importante questão do

mercado brasileiro, em relação ao qual se ambicionava o restabelecimento do exclusivo dos produtos portugueses. Um outro aspeto interessante que resulta da consulta diz respeito à importância que é dada ao papel da instrução e do ensino profissional no desenvolvimento económico, o qual, como é conhecido, terá ainda de aguardar algumas décadas para constituir uma realidade.

Em síntese, no seu conjunto a consulta efetuada ao corpo comercial confirma não só a existência de uma burguesia nacional, como manifesta a sua adesão ao liberalismo económico e político. Uma anuência que «não se confina ao meio comercial das duas principais cidades do país e uma distanciação de mentalidade entre aquelas cidades e a ‘província’ menor do que habitualmente se afirma».

Um conjunto de quadros estatísticos, agrupando os dados recolhidos nas petições e memórias, assim como na consulta ao corpo comercial, completam este primeiro estudo.

O segundo estudo, subordinado ao tema «o Estado Vintista e os conflitos no meio industrial», procura elucidar «em que medida foi o liberalismo político acompanhado de uma política correspondente às necessidades do meio industrial em 1820-1823».

A instalação de uma política de livre-câmbio nas trocas internacionais, que se iniciou com a abertura dos portos do Brasil, dificultava a adoção de uma orientação económica protecionista que pudesse favorecer a burguesia industrial. Esta tinha ainda de se defrontar com a relevância da burguesia artesanal e das corporações o que, segundo a autora, justificou a promulgação do Alvará de 28 de Abril de 1809, «numa tentativa de conciliar o sistema de privilégios com os princípios do liberalismo económico», situação que se manteve até 1832-1834. Para além de constituir uma medida de apoio à indústria nacional, o Alvará introduzia princípios inovadores de administração pública, contrapondo-se pela primeira vez «um sistema de privilégios da burguesia fabril ao sistema de privilégios corporativos». Contudo, como a autora observa, a «principal preocupação do Alvará era, porém, o progresso tecnológico, nomeadamente a mecanização da indústria».

O estudo engloba dois capítulos, o primeiro dos quais sobre «o meio industrial e as suas expectativas», que aborda a relevante questão da importância, e sobrevivência, do sector artesanal, cujo vigor resultava da capacidade organizativa manifestada pelas estruturas corporativas, visível nas reclamações e requerimentos apresentados à Comissão das Artes e Manufaturas. A implantação do regime liberal suscitou por parte deste sector uma expectativa de que a nova orientação industrial viesse ao encontro das suas reivindicações, tanto mais que cedo manifestara o seu apoio ao novo regime. O capítulo aborda ainda as conexões entre a burguesia industrial e o

Estado vintista, perante o qual não se apresentava de uma forma organizada, e a relação conflitual que entretinha com a burguesia artesanal, a qual constituía o principal litígio existente no meio industrial da época.

O segundo capítulo, intitulado «a elite política dividida», analisa as relações do Soberano Congresso com o meio industrial, em concreto com as burguesias artesanal e fabril. No que respeita à primeira, é patente a hostilidade manifestada pelo Congresso para com a estrutura corporativa, que considerava um obstáculo ao desenvolvimento industrial, não obstante as tentativas que aquela desenvolveu para recuperar antigas prerrogativas e garantir a sua sobrevivência. Quanto à burguesia fabril, que defrontava as dificuldades já referidas, apesar da atitude favorável de que beneficiava por parte do Congresso, este não foi capaz de definir uma orientação que lhe fosse inteiramente favorável, quer pela impossibilidade de abolir abruptamente a legislação corporativa, quer pelos constrangimentos financeiros e compromissos internacionais então existentes, ou ainda por obrigações anteriormente assumidas como era o caso, por exemplo, do contrato do tabaco e do sabão.

Em síntese, a autora releva que «as linhas de continuidade entre a política industrial da monarquia absoluta e a monarquia constitucional dos anos vinte sobrepueram-se às linhas de rutura». Um desenvolvido apêndice documental, transcrevendo alguns dos documentos mais significativos existentes nos fundos compulsados, conclui o livro.

Como referido inicialmente, apesar de em grande parte constituir uma reedição, este livro não só não perdeu a sua atualidade, proporcionando uma visão rigorosa da complexa realidade que então caracterizava os sectores do comércio e da indústria, como constituiu uma excelente iniciativa que enriqueceu as Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal de 1820.

JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO  
Universidade do Minho, CICS  
jmlopes.cordeiro@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6015-9249>.